

## REVISTA *NUESTRA ESPAÑA*: A CONSTITUIÇÃO DE UMA REDE INTELLECTUAL ANTIFRANQUISTA NO EXÍLIO CUBANO

*NUESTRA ESPAÑA* MAGAZINE: THE FORMATION OF AN ANTI-FRANCOIST INTELLECTUAL NETWORK IN THE CUBAN EXILE

Marcos Gonçalves<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo reconstitui parte da história do exílio republicano espanhol em Cuba, após a guerra-civil no país ibérico (1936-1939). Situa como recorte temático analisar o periódico que consiste na primeira publicação de intelectuais espanhóis no exílio: a revista *Nuestra España*, criada em outubro de 1939 na cidade de Havana por Alvaro de Albornoz (1874-1954), exilado em Cuba, e fundador em Espanha do Partido Republicano Radical-Socialista em 1929. O texto adota duas ideias-chave como impulsionadoras dos argumentos descritivos e explicativos: 1) a noção de "redes", ou "redes intelectuais no exílio", enquanto conceito operativo que define o intercâmbio discursivo e tensional entre textos coletivos, ou como conjunto de relações entre as escrituras, e não propriamente como aquilo que se estabelece enquanto singular performatividade de um autor; 2) uma narrativa inaugural do antifranquismo produzida desde o exílio, hipótese defendida a partir da constatação sobre o vínculo predominante e a coesão entre os integrantes da rede de intelectuais, e que se constitui como núcleo irradiador das interpretações sobre o franquismo. Em outros termos, o antifranquismo se realiza como vasto conjunto de interpretações concebidas em um "lugar" distanciado das mediações culturais de origem, e que passam a refutar não só as mitologias políticas que configuravam o esteio da ditadura franquista, mas também denunciavam a economia de terror implantada em Espanha.

**Palavras-chave:** Revista *Nuestra España*; exílio republicano espanhol; redes intelectuais; antifranquismo; Cuba.

**ABSTRACT:** This article retraces part of the history of the Spanish republican exile in Cuba, after the civil war in the Iberian country (1936-1939). It employs a thematic approach in order to analyze the periodical which consists in the first publication by exiled Spanish intellectuals: the *Nuestra España* magazine, created in the city of Havana on October 1939 by Alvaro de Albornoz (1874-1954), exiled in Cuba and founder of the Radical Socialist Republican Party (PRRS) in Spain on 1929. The text incorporates two key ideas as catalysts for descriptive and explanatory arguments: 1) the notion of "networks", or "intellectual networks in the exile", as an operative concept that defines the discursive and tensional exchange among collective texts, or, as a set of relations between the writings and not exactly that which is established in the context of a singular performativity of an author; 2) an inaugural narrative of anti-Francoism produced from the beginning of the exile, a hypothesis supported by the acknowledgement of the predominating ties and cohesiveness between the network of intellectuals, one which is constituted as a radiating nucleus for interpretations regarding Francoism. In other words, anti-Francoism is realized through a vast range of interpretations conceived in a "place" removed from that which gives origin to cultural mediations, starting to refute both the political mythologies that configure the basis of the Francoist dictatorship, while also exposing the economy of terror implemented in Spain.

<sup>1</sup> Doutor em História. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil.

**Keywords:** Nuestra España magazine; Spanish republican exile; intellectual networks; anti-Francoism; Cuba.

## 1 Introdução

Assim como ocorreu em várias nações latino-americanas, Cuba, por intermédio de algumas organizações partidárias e sindicais, desempenhou um papel de relevo durante a guerra civil espanhola. Um expressivo número de seus cidadãos, ao aderirem à heterogênea causa republicana durante o conflito, converteram-se em combatentes a lutar contra o franquismo tomando parte em unidades das brigadas internacionais e em forças regulares. A importância desse processo ficou registrada em 1981 ao ser publicado em Havana o livro de memórias “*Cuba y la defensa de la República Española*”. Duplamente comemorativo, porque aparecia em alusão aos quarenta anos do fim da guerra civil espanhola (1939-1979) e aos vinte anos da vitória da revolução cubana (1959-1979), o volume, sob responsabilidade do Instituto de Historia del Movimiento Comunista y de la Revolución Socialista de Cuba, ligado ao Comitê Central do PCC (Partido Comunista de Cuba), é uma importante fonte que recolheu testemunhos de quarenta e seis cubanos atuantes na frente de guerra.<sup>2</sup> A história desses combatentes começa a ser contada a partir de 1936, quando, sob a liderança de Ramón Nicolau González, dirigente do então clandestino Partido Comunista de Cuba, organizou-se o recrutamento dos chamados *Voluntarios Internacionales de la Libertad*, que se deslocariam da ilha para juntarem-se aos esforços dos legalistas espanhóis<sup>3</sup> na contenção do fascismo. A tarefa culminou no surgimento de uma Comissão que abrigaria todas as funções de ajuda à Espanha legal, inclusive, no recrutamento de voluntários. Segundo o depoimento de González para o livro “*Cuba y la defensa...*”, a composição da Comissão levou em consideração os seguintes critérios:

Fue tomada en cuenta la plural ubicación partidista de los elementos que convergían en la actitud positiva con respecto a la lucha del pueblo español, con predominio del más amplio criterio unificador, acogiendo en su seno a elementos representativos de las distintas tendencias políticas actuantes en el escenario nacional, aglutinados por su común repulsa a los designios fascistas. Quedó establecido en La Habana el principal centro de actividades de la comisión, que extendió rápidamente sus ramificaciones a todo lo largo y ancho del territorio nacional, desarrollando una ardua labor que repercutió hondamente en las zonas mayoritarias y progresistas de la población, y canalizó la entusiasta y decidida disposición popular de ofrecer ayuda concreta a los luchadores antifascistas (GONZÁLEZ, 1981, pp. 7-8).

---

<sup>2</sup> Mencione-se igualmente o monumental trabalho desenvolvido por: Binns, Reyes e Fernández (2015) que compõe o Volume 5 da HGCE – Hispanomérica y la guerra civil española, dedicado aos intelectuais cubanos.

<sup>3</sup> O termo “legalistas espanhóis” pode ser equiparado, com ressalvas, ao termo “republicanos espanhóis”. No entanto, não é justo deixar de reconhecer o papel decisivo que o anarquismo espanhol desempenhou na defesa da Espanha republicana, sobretudo, atenuando sua filosofia de rejeição ao sufrágio universal. Anarquistas representados pela CNT-FAI tornaram-se fundamentais nas eleições de fevereiro de 1936 compondo a Frente Popular que derrotou por estreita margem de votos as coalizações de direita. Na sequência, os anarquistas recrutaram quadros para comporem o gabinete eleito, como foi o caso de Joan García Oliver, Federica Montseny, Juan López Sánchez e Joan Peiró.

A solidariedade de parte da população cubana à segunda república espanhola manifestou-se por outras inúmeras vias: 1) política: com a realização de passeatas, publicação de manifestos e agitação constante; 2) material: envio de alimentos, medicamentos, roupas, dinheiro, criação da Casa de Cuba para refúgio de crianças espanholas da cidade catalã de Sitges; 3) militar: com o envio de cerca de mil combatentes voluntários.

A conexão política dos cubanos com a Espanha republicana ainda pode ser observada, ao menos, sob dois ângulos: 1) como forma de manifestação que se incorporou às consignas de oposição contra o regime pró-imperialista de Fulgencio Batista. As grandes concentrações populares contra Franco teriam sido interpretadas pelos cubanos também como uma mobilização dirigida contra Batista e seu regime, ainda que seu nome não fosse mencionado (*Cuba y la defensa...*, 1981, p. 4); 2) como um dos fatores decisivos a contribuir para a obtenção de conquistas políticas internas no momento em que o regime de Fulgencio Batista entrava em processo de consolidação. Assim, no final de 1937 foi decretada anistia aos presos políticos; no verão de 1938 ocorreu a legalização do Partido Comunista e das demais agremiações políticas de oposição a Batista, seguindo-se daí uma convocatória para eleições de uma Assembleia Constituinte. Ademais, entre 1939 e 1940, além da criação da CTC (Central de Trabajadores de Cuba), houve a promulgação de uma Constituição, vista à época como progressista.

Não foi somente a partir de Cuba que houve o deslocamento de voluntários. O esclarecedor estudo de Jiménez (1999) vem a destacar três origens, três fases e três destinos principais. Segundo o autor, os primeiros voluntários foram aqueles que, surpreendidos em Espanha pelo início da guerra, se incorporaram inicialmente às diversas milícias e, mais tarde, passaram às unidades regulares. Entre finais de 1936 e o primeiro trimestre de 1937, ocorreu o desembarque de voluntários procedentes dos Estados Unidos, no qual figuravam inúmeros cubanos; fossem residentes no país do Norte ou, circunstancialmente, lá estivessem. A partir da primavera de 1937, com base nas atividades da Comissão encabeçada por González, passou a frutificar o envio de voluntários procedentes diretamente da ilha (JIMÉNEZ, 1999, pp. 296-297).

Outra e tão importante faceta do processo que tem Cuba como centro e cuja correspondência com a guerra civil espanhola é lógica, foi que o país caribenho atuou na acolhida de exilados espanhóis mesmo antes do encerramento do conflito. Como destacaram Binns et al. (2015, p. 56) “El exilio español comenzó no en 1939, sino en 1936”. Desse modo, ainda que, quando comparada a países como México e França, em Cuba não tenham ingressado contingentes expressivos de exilados espanhóis, o fato não invalida a dimensão do fenômeno exilar enquanto dispersão populacional massiva e socialmente heterogênea ocorrida por motivo de uma guerra e da consequente instalação de uma ditadura. Tampouco pode ser transformado em argumento, equivocado aliás, de que o exílio espanhol na ilha não teria gerado atenções maiores do governo cubano, quanto da sociedade cubana. Este exílio constitui o tema nuclear do meu estudo, e é tal processo que o artigo pretende descrever e analisar. Devo assinalar, todavia, que o texto assume como especificidade reconstituir parte da história do exílio espanhol em Cuba situando seu recorte sobre um dos materiais de vocalização do exílio surgidos em território cubano: a revista de cultura e política *Nuestra España*. A revista consistiu na primeira publicação periódica do exílio, sendo fundada pelo intelectual e político Alvaro de Albornoz (1879-1954), proeminente representante e fundador do Partido Republicano Radical-Socialista, ex-ministro da Justiça da segunda república, exilado em Havana ao final da guerra. Albornoz morreu no exílio mexicano em 1954.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Dois criteriosos estudos de Álvarez Tardío (2002; 2008) informam que Albornoz, junto a Marcelino Domingo

*Nuestra España* circulou na capital cubana de outubro de 1939 ao último trimestre de 1940, conseguindo difundir entre seus leitores treze edições, por meio de financiamento obtido junto ao governo republicano no exílio. Outras revistas de cultura e política e editoras encabeçadas por exilados da guerra civil circularam em Havana, e inúmeras publicações vicejaram acolhendo a palavra de colaboradores espanhóis no contexto de pós-conflito. Para mencionar alguns poucos exemplos: a partir de 1942 surgiu *La Verónica*, dirigida por Manoel Altolaguirre (1905-1959), poeta e editor espanhol exilado em Havana; em 1939 foi constituída pelos também exilados Mariano Sánchez Rocas (1895-1967) e Joaquín Fontes a editorial *Lex*, especializada na edição e difusão de livros jurídicos e textos didáticos. A meados de outubro de 1943, surgiu a revista *Juventud, Periódico Juvenil de Orientación Democrática*, cujos principais animadores foram jovens exilados espanhóis então residentes em Cuba; *Per Catalunya*, de periodicidade mensal e fundada em 10 de maio de 1942, sustentou posições de afinidade ideológica ao Partido Socialista Unificado de Cataluña (PSUC). Convém assinalar, e como se observa nos exemplos acima, que as revistas do exílio apresentavam um caráter muito diverso. Como recordou Alícia Alted, eram publicações mais voltadas a uma orientação política, a despeito do significativo número de revistas culturais em circulação. Em certa medida, essas revistas tiveram duração efêmera e periodicidade irregular. Os entraves no financiamento de suas edições eram frequentes, e sofreram, igualmente, de problemas relacionados à censura em diversas ocasiões e países. No entanto, a consulta e os estudos sistematizados sobre o seu funcionamento tornam-se fundamentais para o conhecimento mais abrangente das práticas culturais dos refugiados espanhóis (ALTED, 2005, pp. 114-115).

A partir de um plano de leitura compreensiva realizado em *Nuestra España*, pretendo argumentar sobre dois elementos, e testá-los, obviamente, quanto às possibilidades de atribuírem clareza a esse horizonte do exílio espanhol que designei como específico considerando-se a tipologia do material investigado. O primeiro desses elementos consiste em indagar mais sobre a natureza da narrativa dos autores presentes em *Nuestra España*, e menos sobre a necessidade de definir uma possível matriz ideológica, sem que tal fator seja visto como um dado a ser de todo negligenciado na minha análise. Aqui, mobilizo como conceito a ideia de “redes” ou “redes no exílio” (DEVÉS-VALDÉS, 2007; MAÍZ, 2013; 2018), ao verificar o alcance operativo de tal conceito. Redes, é importante mencionar, como resultado parcial de um intercâmbio discursivo e tensional entre textos coletivos, e como um conjunto de relações entre as escrituras, e não propriamente como aquilo que se estabelece enquanto singular performatividade de um autor. Redes, enfatizo, que relativamente “funcionam de maneira independente do desejo e vontade de cada indivíduo” (MAÍZ, 2013, p. 21), ou onde o sentimento de pertença ao âmbito intelectual resulta mais forte do que uma estrita e limitada circunscrição ideológica (TERÁN, 2008, p. 51). O vínculo comum e predominante que cimentava a coesão de autores em *Nuestra España* era o seu antifranquismo, elemento descrito a seguir como hipótese de trabalho.

Pois bem, este segundo elemento ampara-se na hipótese de que, se o franquismo já possuía uma “história” em construção afirmada na autoconsagração e glorificação enunciadas pelas tendências que o conformavam, os exilados que nucleavam em *Nuestra España* produziram uma versão republicana pioneira sobre a ditadura, versão esta que a historiografia iria legitimar

---

fundou o Partido Republicano Radical-Socialista em 1929. Albornoz nutria seu Partido de três fontes ideológicas: o radicalismo francês, o socialismo e a tradição republicana espanhola. No entanto, dentro desta última fonte, Albornoz viria a operar críticas constantes àquilo que chamava de “velho republicanismo espanhol”, reivindicando para seu Partido a ideia de “República como revolução”, a influência de ideias socialistas de viés reformista, além, provavelmente, da marca mais distintiva de sua atuação durante a segunda república espanhola: o discurso anticlerical radical.

no futuro em variadas gradações. Defino previamente o papel de *Nuestra España* no âmbito de uma ética investigativa e denunciatória sobre a natureza do franquismo, pela qual a revista coloca em questão os caracteres pragmáticos e simbólicos da ditadura. Ao se constituir como “história primeira” do franquismo contada desde o exílio, imagino outra hipótese inversa mas complementar: nela é encenada uma história do antifranquismo.<sup>5</sup> Vale dizer: vasto conjunto de interpretações concebidas em um “lugar” distanciado das mediações culturais de origem, e que passam a refutar não só as mitologias políticas que configuravam o esteio da ditadura franquista, mas também denunciavam a economia de terror implantada em Espanha. Seguindo as intuições de Edward Said, estimo que a condição exilar teria permitido aos expatriados jamais olharem os objetos somente em termos do que deixaram para trás, mas através de uma dupla perspectiva em que “cada cena ou situação no novo país aproxima-se necessariamente de sua contrapartida no país de origem” (SAID, 2005, p. 67).<sup>6</sup> O cristal pelo qual observo a narrativa do exílio republicano através de *Nuestra España*, portanto, parte de uma abordagem relativamente não institucionalista, pois esta adota como ênfase a organização de instâncias imaginadas como representação “formal” do governo republicano que acabaram se constituindo nos vários exílios espanhóis.

## 2 Exílio, exílio espanhol e literatura

Dentre as questões históricas que mais sensibilizam os investigadores vinculados às áreas da história social e da história política e que, pelas suas estratégias investigativas, operam com objetos de estudo no contexto cultural ibero-americano, está o problema da violência política, quando tal fenômeno – estrutural dessas sociedades – é associado ao desencadeamento dos processos de proscricção que atingem setores oponentes de regimes e/ou sistemas repressivos. Os desdobramentos das investigações desenvolvidas pela disciplina de história permitem argumentar, como ponto de partida, que não somente a América Latina, como também os países que fazem parte do mundo social ibérico, durante muitas décadas do século XX apresentaram como característica chave de suas políticas, ou como “síndrome recorrente”, a exclusão. Os exílios como forma excepcional de exclusão política implicam em uma prática mediante a qual pessoas comuns ou indivíduos envolvidos na vida pública, são forçados ou pressionados a abandonar seu país de origem ou lugar de residência, impossibilitados de regressar até que haja uma modificação nas circunstâncias políticas (SZNAJDER E RONIGER, 2013, p. 31). A exclusão emerge seja por meio de violentos conflitos civis e militares, por estratégias repressivas que impedem a livre manifestação de grupos contrários a uma ordem imposta extra legalmente e, ainda, através de mecanismos que forcem tais grupos a abandonarem seus países de origem, gerando, em situações determinadas, deslocamentos e

---

<sup>5</sup> Segundo Abdón Mateos (2011, p. 11), a historiografia acadêmica do antifranquismo remonta ao tempo imediatamente posterior à morte de Franco, sendo umas das teses pioneiras sobre a oposição ao franquismo a de Javier Tusell (1977). A intensa pesquisa realizada por Mateos, enfoca o antifranquismo de uma perspectiva institucional, estudando as organizações “oficiais” que se formaram, sobretudo, nos vários exílios, não enfatizando, portanto, o papel que a imprensa de exílio exerceu, primordialmente, na constituição de uma narrativa antifranquista.

<sup>6</sup> Esta afirmação vem a corroborar o que Alted (2005, p. 258) expressou sobre os intelectuais no exílio: “La guerra y el exilio interrumpió en una gran parte de estos intelectuales y científicos sus trayectorias académicas o de investigación, fueron depurados y expulsados de la carrera profesional en su país de origen, y en ocasiones tuvieron que sufrir el embargo o la destrucción de sus bibliotecas, con lo que se perdieran materiales bases de investigaciones en curso que, em gran medida, tuvieron que reconstruir en el destierro”.

diásporas políticas socialmente transversais e heterogêneas, e por isso mesmo, de massiva e significativa demografia. Como destacou Said, o fenômeno do exílio, pela sua complexidade, não se oferece à nossa leitura como um conjunto de situações particularmente claras e inteligíveis. Se a imagem do exilado, hoje, parece familiar em virtude das tecnologias de comunicação, que nos colocam a par a respeito das dezenas de milhões de pessoas que estão em deslocamento pelo mundo, na condição de refugiados ou de exilados, a reiteração do tema deve partir de um esforço de esclarecimento sobre essas condições, desde uma perspectiva que capture sua historicidade, e a especifique em relação aos fundamentos políticos e sociais que conformam tais condições, como tem sido realizado por meio da literatura que trata do exílio espanhol motivado pela guerra civil.

Em uma mirada de curto ou médio alcance, o exílio espanhol impulsionado pela guerra civil é um tema exaustivamente tratado pela literatura especializada. Sob o risco calculado de apequenar o universo plural das investigações, as obras que mais sobressaem, à exceção de biografias e relatos testemunhais produzidos pelos exilados, podem estar resumidas cautelosamente em dois campos de conhecimento: a historiografia geral sobre o exílio, e a historiografia sobre a literatura do exílio.<sup>7</sup> O exílio político é um fenômeno recorrente da história social de Espanha entre os séculos XIX e XX. Autores como Juan Vilar sublinham que as bruscas alternâncias e o caráter pendular das sucessivas situações institucionais de Espanha durante esse longo período, fizeram com que uma emigração política fosse seguida de outra de signo oposto. Isto explicaria a continuidade dos fluxos em ambas as direções – o retorno de uns corresponde à saída de outros –, de forma que, sempre uma parte de Espanha está fora de Espanha (VILAR, 2006, p. 17). Outros estudiosos chamaram a atenção para o valor qualitativo do exílio de 1939, mais do que sua grandeza numérica. Juan Marichal (1995, p. 291) identificou uma espécie de fuga de cérebros circunscrevendo os exilados no âmbito de uma “segunda Idade do Ouro” da cultura espanhola, na medida em que o desterro se fez sentir sobre milhares de escritores, artistas, cientistas, pedagogos, professores e um longo *et cetera*. Uma visão que apresenta certo parentesco com a de Marichal é a de Otero Carvajal (2001, pp.149-186). Porém, este autor opera uma matização que ambienta o exílio intelectual no plano da especificidade temática:

Las bases ideológicas y culturales de la dictadura del general Franco representaron un retroceso de alcance histórico para el débil y frágil entramado científico español. El exilio, que significó la sangría de una parte sustancial del capital humano de la cultura española, incluido el componente científico, provocó una descapitalización que tardó decenios en ser solventada” (OTERO CARVAJAL, 2001, p. 166).

Para atenuar o risco de argumentos um tanto deterministas, convém lembrar que seria exagero caracterizar o exílio de 1939 como um “exílio intelectual”. Talvez uma das imagens a ser reinterpretada é aquela que atribui a esse fenômeno de desterro político como sendo fundamentalmente uma emigração de intelectuais. Abordando o caso específico do México, Pérez Vejo (2007, p. 23) destacou que a “hagiografia” do exílio nos transmite a imagem do exilado espanhol como a do intelectual dedicado à ciência para o bem da humanidade. Ao

---

<sup>7</sup> Além das obras destacadas no campo das Referências, recordo aqui uma insignificante amostragem da imensa literatura sobre o exílio espanhol com a qual mantive contato: Domínguez Prats (1994), Dreyfus-Armand (1999), Díaz Perez (2008), Garzón (2009), Casanova (2010), Pessarrodona (2010), Díez (2010), García Bilbao (2011).

contestar esta visão que julga predominante, o autor reivindicava uma análise contrapontística enquanto possibilidade que, à época (2007), ainda carecia de realização mais sistemática: registrar detida e demograficamente o exílio, levando em conta quem é o exilado em termos de lugar social e de como se recoloca no país de acolhida. Considerando a ressalva de Pérez Vejo, a literatura que invoca como objeto o exílio espanhol pode ser equiparada a um espelho interminável de múltiplas faces, em que o próximo ponto de visão contradiz o anterior, o repete ou incorpora elementos que abrigam ou desencobrem temáticas associadas a um amplo domínio da historiografia. Isto ocorre, por exemplo, com as questões relacionadas aos deportados espanhóis para campos nazistas (BERMEJO e CHECA, 2006); com o exílio republicano na ex-União Soviética (KHARITONOVA, 2014); ou com o desatendido e pouco lembrado estudo do exílio anarquista, recuperado por Ángel Herrerin López em algumas ocasiões (LÓPEZ, 2003; 2004a; 2004b), mas também privilegiado pelo exitoso trabalho desenvolvido em instituições como a Fundación Anselmo Lorenzo, sediada em Madrid, quanto à organização documental e constituição permanente de importante acervo sobre o anarquismo.<sup>8</sup>

Em relação ao exílio espanhol em Cuba, mesmo quando ponderada a instabilidade política durante o longo período de vigência da governança de Fulgencio Batista, os laços históricos e culturais que ligavam o país caribenho à Espanha teriam propiciado um ambiente favorável à recepção dos exilados. É sensato supor que isto se deve à forte presença da colônia espanhola imigrante na ilha. Sobretudo, este fator é observado entre aqueles grupos formados pelas imigrações mais recentes datadas da década de 1920 e início dos anos 1930, que constituíam ampla maioria e estavam situados socialmente em um arco que abrigava de trabalhadores industriais e agrícolas, a pequenos e médios proprietários. Tais laços podem ser vistos como um contrapeso aos segmentos minoritários procedentes de imigrações mais antigas, economicamente integrados nas oligarquias agrária e financeira, que não ocultaram sua simpatia e apoio aos rebeldes franquistas (MAURIÑO; GARCÍA e AZCONA, 1992, p. 490). Por sua vez, o denso e bem documentado trabalho de Jorge Domingo Cuadriello (2009), do qual me aproprio em diversos momentos do texto, constitui a principal e incontornável referência para a compreensão desse processo, tendo em vista que o autor dedicou quinze anos de trabalho para a conclusão da sua pesquisa sobre o exílio de republicanos espanhóis na ilha. No ano de 2013, Cuadriello concedeu entrevista a Ana Casado Fernández, publicada na *Revista Letras* da Universidad de Granada, na qual tece valiosos comentários tanto sobre o exílio espanhol em Cuba, quanto sobre o impacto de sua investigação. O historiador declarou possuir como impulso motor para estudar o tema, entre outras razões, um apego sentimental.<sup>9</sup> Filho de asturianos, Cuadriello revelou que seu pai havia sido combatente voluntário na defesa da república espanhola, passando pela dura experiência dos cárceres e campos de trabalho forçado franquistas, até poder exilar-se em Cuba no ano de 1953:

Esa motivación sentimental me dio mucha fuerza para desarrollar esta investigación también macrocefálica, que abarcó a centenares de individuos y me llevó no solo a rastrear sus vidas, sino su labor en Cuba, lo que hicieron, la huella que dejaron (FERNÁNDEZ, 2013, p. 161).

---

<sup>8</sup> Ver: <https://www.fal.cnt.es>

<sup>9</sup> A frase dita por Cuadriello na entrevista foi: “conté con dos motores de impulso, si se me permite esa alusión mecánica: uno que respondía a la posibilidad de contribuir a un tema casi virgen de la historia reciente de Cuba, y otro de apego sentimental” (FERNÁNDEZ, 2013, p. 160).

A experiência vivenciada pelo pai de Cuadriello e a leitura sistemática do *Diccionario Bio-Bibliográfico de los Republicanos Españoles Exiliados en Cuba*, publicado na segunda parte do extenso estudo do historiador cubano,<sup>10</sup> permitem intuir algumas situações gerais do exílio espanhol, assim como identificar fenômenos específicos atribuídos ao exílio em Cuba. Em primeiro lugar, o exílio espanhol pode ser denominado como um exílio em série, na medida em que milhares de desterrados atravessaram diversos países, fixando-se neles durante determinado período de modo voluntário ou forçado, e seguindo para outros países até ingressarem em um local derradeiro de acolhida. Era comum os deslocamentos terem a França como destino inicial, país no qual os refugiados permaneciam em campos de internamento como o de Le Barcarès, ou campos convertidos em espaços concentracionários como Gurs, Argèles-sur-mer ou Saint-Cyprien.<sup>11</sup> Conceitualmente, quando abordam o problema do exílio em série, Roniger e Sznajder tratam sobre um grupo de indivíduos que abandonaram seus países de origem e encontraram refúgio em um país disposto a recebê-los como exilados ou refugiados, e que se encontram em uma situação na qual, devido a transformações políticas e ainda impossibilitados de voltar a seus próprios países, se vêem forçados a abandonar seu novo país de residência para um novo exílio (RONIGER E SZNAJDER, 2013, p. 45).

Em segundo lugar, o exílio tem seu início marcado entre 1936 e 1937, sobretudo, nos territórios onde os processos históricos ao longo do século XIX fizeram germinar uma pujante tradição antimonárquica e de nacionalismos localizados, e que foram prematuramente conquistados pelos sublevados franquistas, como foi o caso de regiões ao noroeste e extremo-norte de Espanha, respectivamente, a Galícia e o País Basco. Nesta última região, é interessante referir que desde o início da guerra civil integrantes da Igreja católica se colocaram ao lado da legitimidade republicana, adesão que resultou em perseguições e, posteriormente, no exílio.<sup>12</sup> Em terceiro lugar, existiram vários casos de pessoas que, ao permanecerem em Espanha, foram encarceradas, passaram por campos de concentração ou campos de trabalho forçado. Ao cumprirem suas penas, ou conseguirem escapular dos infames cárceres franquistas, acabaram seguindo para o exílio: e o caso do pai do historiador Cuadriello vem a exemplificar esse dado. Por fim, existe a questão de comunistas espanhóis exilados em Cuba. Muitos integrantes desse grupo forjaram alianças com o Partido Comunista de Cuba, engajando-se na oposição a Batista e aderindo à causa revolucionária no final da década de 1950. Mais tarde, chegaram a ocupar diversos cargos de expressão no governo socialista. A situação geral, portanto, teria favorecido a constituição de sistemas de apoio e solidariedade, mas também a conformação de vastas redes de sociabilidade intelectual disseminadas na maioria dos países latino-americanos, e que encontraram seu refúgio simbólico em artefatos culturais como as revistas.

### 3 As redes de *Nuestra España*

No campo que toma as revistas como material analítico, salvo melhor juízo, Cuadriello é um dos poucos historiadores que se dedicou a traçar os rumos de *Nuestra España*. Porém, não o

---

<sup>10</sup> Conf. Cuadriello (2009), pp. 345-527.

<sup>11</sup> Sobre os testemunhos de espanhóis confinados em campos de concentração franceses, ver o pungente estudo de Simón (2012).

<sup>12</sup> Entre os casos mais notórios estão o sacerdote Juan Miguel Aranguren y Mendizábal (1897-1971) e o franciscano José Martín Arrue y Galdós (1884-1960), ambos, simpatizantes do nacionalismo vasco. Com o início da guerra civil, o primeiro partiu para o exílio cubano em 1937, e o segundo, em 1938. Conf.: Cuadriello (2009, pp. 363, 365).



fez mediante a análise de seus conteúdos, sentidos ou redes constituídas; mas a partir de um fundamental inventário bio-bibliográfico de autores que escreveram na revista (CUADRIELLO 2004, pp. 173-200). Destacam-se nesse inventário nomes consagrados das letras espanholas que, invariavelmente, apareceram como colaboradores de *Nuestra España* e, à época, estavam exilados não somente em Cuba, mas em outros países. Vários dos nomes estavam ligados a distintos campos de conhecimento como a literatura, teatro, filosofia, história, direito, diplomacia: José Rubia Barcia, María Zambrano, Luis Amado-Blanco, Ángel Lázaro, Bernardo Clariana, Francisco Prat Puig, Emilio Palomo, Felipe Andrés Cabezas, Concha Méndez, Antonio Ortega, Jenaro Artiles, Alfonso Rodríguez Dranguet, Gerardo Álvarez Gallego, Mariano Ruiz-Funes, Alfonso Rodríguez Aldave (CUADRIELLO, 2009, pp. 589-590).

Sugeriu-se que as revistas são um tipo particular de documento histórico que permite visualizar, talvez mais do que em outros, as principais polaridades do campo cultural e político. Elas evidenciam pontos de encontro de trajetórias individuais e projetos coletivos, e, ademais, exibem preocupações de ordem estética e produzem discursos relativos às disputas sobre identidades e valores. A função aglutinante das revistas dentro do campo intelectual, portanto, autoriza aos grupos que as promovem, elaborarem suas orientações mediante certas comunidades de textos interatuantes ou núcleos temáticos que são recorrentes na história – breve ou longa – de tais publicações. Beigel chamou atenção para o fato de que os textos programáticos, ou o fio condutor temático das revistas, expressam as atividades e posições polêmicas de todo o grupo. No entanto, seleção e classificação dos textos, prossegue a autora, se encontram ligados à práxis do grupo cultural que edita a revista, não se atribuindo o mesmo peso ou grau de representatividade a um colaborador ocasional que não esteja, direta ou indiretamente, associado à rede (BEIGEL, 2003, pp. 106-111). Produzindo um deslocamento de olhar em relação ao argumento de Beigel, e tratando-se de uma revista produzida no exílio, *Nuestra España*, como tantas outras, fundamenta um tipo de solidariedade que consiste em mensurar para o pesquisador o quanto esse material ensina e informa sobre a temática, e se há capacidade de respostas sobre o modo como verbaliza e compartilha, por meio de um princípio de reciprocidade entre os autores, ocasionais ou não, o conhecimento acerca do exílio espanhol e do franquismo.

Na linguagem do exilado potencializada em *Nuestra España*, parece claro que os significados se alicerçam no sentimento da perda irreparável de uma Espanha republicana que não mais existe e, contraditoriamente, “resiste”. Essa contrapartida é a possibilidade mais imediata de construção de um imaginário republicano no universo exilar, para que aquela perda irreparável converta-se em condição de existência. A ilegitimidade tirânica do franquismo é objetivada por uma Espanha de mestres sem cátedra, de trabalhadores sem campo para cultivar, artesãos sem ofício, operários sem trabalho, de mulheres e crianças sem casa e lançados em massa à emigração. *Nuestra España* captura seu significado na Espanha do desterro.<sup>13</sup> A breve descrição contida no Editorial não assinado publicado em seu primeiro número, convida a compreender a linguagem do intelectual exilado como alguém que é portador de uma missão: confessor, tradutor e mártir dos seus princípios (ORY E SIRINELLI, 2007, p. 20). Mas também como aquele que primeiro elabora e depois articula nas precárias condições de exílio um tipo de densidade de comunicação própria a uma revista e a uma época. A essa densidade de comunicação e à capacidade de ampliá-la, pode-se atribuir a designação de “rede”. Condições idiomáticas, de proximidade cultural,<sup>14</sup> e, óbvio, a situação de exílio, fizeram com que

<sup>13</sup> Editorial. Revista *Nuestra España*, n° 1, octubre 1939, p. 6.

<sup>14</sup> Essa aderência cultural e idiomática é reforçada pelo argumento de Aznar Soler (2002, p. 12): “Por razones obvias de lengua y cultura, la mayoría de nuestros intelectuales, tras su primer exilio en Francia, acabaron por instalarse

frutificassem centenas de publicações encabeçadas pelos espanhóis desterrados na América Latina. Como destacou Devés-Valdés (2007, p. 31), essa densidade de comunicação faz que a espontaneidade transforme-se em institucionalidade, tendendo às sociedades, centros, associações, congressos, publicações e outros agenciamentos.

Durante o tempo de circulação, a revista apresentou, em média, além dos editoriais obrigatórios, onze artigos por edição, e seu número de páginas variou entre o mínimo de oitenta e seis e o máximo de duzentos e cinquenta e nove, sendo a publicidade bastante parcimoniosa, exceção feita ao investimento voltado ao destaque para temas hispânicos. Mais importante, é possível perceber, a partir das orientações programáticas desenvolvidas por *Nuestra España*, como uma rede exilar foi capaz de estabelecer circulações entre um amplo espectro cultural que abrigava grupos intelectuais heterogêneos e dispersos pela América hispânica. Distintamente das “revistas de um só autor” (DE MARCO, 2013),<sup>15</sup> e tanto pelos temas que definem seu caráter, quanto na organização das seções, publicidade e disposição gráfica, uma observação mais detida permite visualizar a construção de uma identidade republicana construída no exílio. No caso do exílio republicano em Cuba, os exemplos são abundantes, sobretudo, tendo em consideração as conexões que *Nuestra España* firmou com publicações congêneres para calibrar sua difusão. Várias de suas edições estão repletas de remissão ao conjunto de revistas produzidas no(s) exílio(s), bem como às agências com as quais se correspondia.

Curiosamente, o arco de relações em rede com outras revistas, já vislumbrado desde o seu primeiro número, iniciava com *Ultra – Mensario de Cultura Contemporánea*, órgão dirigido pelo escritor cubano Fernando Ortiz (1881-1969), e fundado em Havana no ano de 1926. A especificidade de *Ultra* é que ela publicava somente extratos, traduções de artigos, “opiniões estrangeiras”, indicando seus autores e origens. A rede se adensava a partir de sua transnacionalização, e com as interações que *Nuestra España* mantinha com *Pueblo – Diario de la Democracia*, *Revista Hispanica Moderna*, *Timón*, *Alma Gallega – Periódico Mensual*, *Revista de las Indias*, *España Día a Día*, *Viernes – Revista Literaria y Artística*, *America*, *Democracia*.<sup>16</sup> Não é de estranhar que *Nuestra España*, no sexto mês de existência, publicasse em seu Editorial “A Todos Nuestros Lectores” o seguinte comentário:

Se cumple con este número, el primer semestre de la vida, ya pujante, de NUESTRA ESPAÑA. Cuando salimos a la calle, pensamos realizar la gran labor que servirá para enjuiciar nuestros actos. Era preciso un órgano de vinculación española y de orientación para todos los compatriotas republicanos y liberales que hoy andamos por el mundo con la fe y la

---

en países americanos...”.

<sup>15</sup> Neste artigo, Valeria De Marco enfatiza o protagonismo dos intelectuais espanhóis Manoel Altolaguirre, José Bergamín e Max Aub na configuração das revistas *Atentamente*, *El Pasajero* e *Sala de Espera* como espaços editoriais criados para “si mismos” e surgidas contra um modelo de publicação já consolidado que adota, tradicionalmente, um discurso coletivo.

<sup>16</sup> Com exceção de *Pueblo* e *Alma Gallega*, revistas editadas em Havana, todas as demais publicações mencionadas se espalhavam pelas Américas e Ásia. Por exemplo: a *Revista Hispanica Moderna* era órgão do Instituto de las Españas en los Estados Unidos; *Timón* era de periodicidade mensal publicada em Buenos Aires sob a direção dos exilados Diego Abad de Santillán e Carlos Baraibar; *Revista de Las Indias* editava-se em Bogotá; *España Día a Día* era um caderno mensal de informação espanhola publicado na cidade do México; *Viernes* editava-se em Caracas, *America* era publicada em Quito, enquanto *Democracia* era acompanhada do subtítulo “Órgano de los Demócratas Españoles de Filipinas”, sendo editada na capital Manila.

esperanza de un futuro renacer de la potencialidad Hispana. [...] En estos seis meses, hemos establecido Agencias en varios países. A consecuencia de esta enorme difusión, el número de ejemplares de cada tirada aumentó considerablemente, y está en estudio la reproducción, en segunda edición de los números primeros, completamente agotados, ante las numerosas solicitudes que llegan a esta Administración en demanda de los mismos (*Nuestra España*, núm. VI, Editorial, marzo 1940).

Na verdade, a revista jamais publicou informações a respeito da tiragem de suas edições, porém, a julgar pelo número de publicações com as quais mantinha contatos e permutações, mas também pelo rol de autores que colaboravam e a diversidade de seções temáticas que a compunham, pode-se intuir que *Nuestra España* obteve ampla aceitação entre os exilados republicanos. Sobre os dois últimos registros, é possível identificar a presença, nos treze números publicados, de cinquenta e três autores espanhóis vivendo no exílio em Cuba ou em vários países latino-americanos. Além disso, gradativamente, a revista pautou sua linha editorial pela pluralidade de seções temáticas, procurando atribuir ênfase, notadamente, para matérias relacionadas à crítica social, histórica, política e literária, modalidades estas que, no mais das vezes, também se relacionavam com a vida dos republicanos no desterro político. Neste sentido, as seções de resenhas e índices bibliográficos publicados na revista são indícios relevantes porque, além de evidenciarem uma volumosa produção cultural, remetem a uma espécie de reafirmação da cultura espanhola de exílio impossível de ingressar na pátria mãe em razão das condições de censura impostas pela ditadura franquista.<sup>17</sup> Resenhas, artigos e índices bibliográficos ambicionavam predominantemente denunciar em suas narrativas esta Espanha partida ao meio, abolindo, por sua vez, os sentimentos de indiferença e neutralidade nutridos por alguns segmentos intelectuais espanhóis; ou por aquilo que Marichal (2006, p. 457), designou como “terceira Espanha” ou uma Espanha “*middle-of-the-road*”, levantando a indagação: “por que sucedeu com Espanha”? Este exemplo talvez possa ser buscado em várias edições de *Nuestra España*, porém, especialmente para extrair e isolar essa figura, estabeleço correspondências com as tramas e discursos sobre a constituição de um antifranquismo no horizonte do exílio.

#### 4 Antifranquismo em *Nuestra España*

Entre 1939 e 1940, temporalidade de *Nuestra España*, não eram observadas entre os exilados espanhóis percepções mais agudas sobre o desapontamento e a frustração que seriam a tônica adquirida a partir da primeira metade da década de 1950 quanto a convicções de que o franquismo viesse a ser derrotado e a república restaurada. No imediato pós-segunda guerra havia a expectativa de que a derrota do fascismo na conflagração mundial pudesse representar, como deslocamento, o fim da ditadura franquista.<sup>18</sup> A relativa confiança nesse prognóstico gerou desde o fim da guerra civil espanhola efeitos práticos e de natureza estratégica, como a

---

<sup>17</sup> Sobre a relação entre exílio e censura a livros durante o franquismo ver: Larraz (2014).

<sup>18</sup> Porém, “A partir de 1953, la firma de los pactos entre la España franquista y los Estados Unidos y el establecimiento de bases militares en nuestro territorio significa la consolidación definitiva de la dictadura franquista como leal aliado occidental, reserva espiritual de Europa y campeón del anticomunismo feroz” (AZNAR SOLER, 2002, p. 15).

fundação de um governo republicano no exílio.<sup>19</sup> No entanto, o fator que mais passou a ser levado em conta nesse momento de saída da guerra e ingresso no exílio, estava ligado ao caráter tirânico, vingativo e opressor do governo franquista, visto como aliado ou subserviente dos fascismos italiano e alemão. Além disso, os contemporâneos reconheciam com suficiente clareza que em Espanha passava a ter vigência uma ditadura terrorista, realidade constatada desde antes do fim da guerra civil. Em um dos capítulos mais esclarecedores do seu adensado estudo sobre “el terror con Franco”, Sevillano Calero (2004), descreveu as primeiras medidas tomadas pelo regime franquista para perseguir e punir os “vencidos”, consubstanciadas na famigerada “Ley de Responsabilidades Políticas”. Promulgada em 28 de fevereiro de 1939, a lei abrigava sua eficácia nos territórios ocupados pelos fascistas; porém, fora projetada para cobrir toda a vida do país diante da iminente (e definitiva) derrota da república ocorrida em abril de 1939. Segundo Calero:

Sin embargo, en el artículo primero se vulneraba un principio jurídico fundamental, la irretroactividad de la ley, al declarar “la responsabilidad política de las personas, tanto jurídicas como físicas, que desde primero de octubre de mil novecientos treinta y cuatro y antes del dieciocho de julio de mil novecientos treinta y seis, contribuyeron a crear o a agravar la subversión de todo orden de que se hizo víctima a España y de aquellas otras que, a partir de la segunda de dichas fechas, se hayan opuesto o se opongan al Movimiento Nacional con actos concretos o con pasividad grave”. [...] La norma ratificaba la disposición, de 13 de septiembre de 1936, que dejaba fuera de la ley todos los partidos y agrupaciones del Frente Popular, así como las “organizaciones separatistas” y todas aquellas que se hubieran opuesto al triunfo del Movimiento Nacional, confirmando la incautación de sus bienes (CALERO, 2004, pp. 134-135).

A breve amostragem dessa “lei monstro” aludida na citação deixa à margem os demais dispositivos que concorriam para transformar Espanha em um estado de modelo doutrinário e institucional totalitário. Como teriam ecoado na revista *Nuestra España* os sentidos simbólicos e práticos produzidos pela Ley de Responsabilidades Políticas? Ou, como a construção simbólica do franquismo em seu “ano zero”, para reverberar os termos da historiadora Zira Box (2010), foram invocados por *Nuestra España*?

O conjunto de questões delineadas no início deste tópico parecem evidenciadas já na primeira edição da revista em outubro de 1939. O jornalista Alardo Prats y Beltrán (1903-1984), exilado espanhol em Cuba, e depois no México, discutia em seu artigo “Presente y futuro del franquismo, la neutralidad de España en la guerra europea”, a questão da existência formal de uma Espanha republicana. Prats destacava que alguns meses da “vitória franquista” bastaram para convencer o mundo, e os próprios franquistas que, se a República não existia como

---

<sup>19</sup> Este governo adotou o nome de Segunda República Española en el exilio e teve vigência (ao menos simbólica) de 1939 a 1977. Seu primeiro presidente foi o socialista Juan Negrín, muito embora não tenha obtido reconhecimento da comunidade política internacional. Puche, Mejía Flores e Ayape (2013, p. 35) distinguem três anos emblemáticos para entender a “biografía” do exílio espanhol e do governo republicano no exílio: “el primero – 1939 –, que marcaría el fin de la Guerra Civil y el inicio de la salida de España de miles y miles de refugiados españoles; el segundo – 1945 –, que sería testigo de la reconstrucción institucional republicana en un proceso anticipatorio de un inminente, aunque finalmente frustrado, regreso a España, y el tercero – 1977 –, que anunciaría la disolución de las instituciones del republicanismo español en el exilio después de validarse la legitimidad de aquella democracia “monárquica” en fase transitoria hacia un Estado de derecho”.

“aparato formal” de poder e prerrogativas externas, ela se realizava como “potência imbatível e de incalculável expansão espiritual”. Dentro da área territorial de Espanha, proclamavam essa existência cerca de um milhão de presos, milhares de perseguidos, aqueles que morriam com o nome do país nos lábios, sobre os patibulos levantados pelos verdugos do povo: “Existe, a pesar de los errores y miserias que acompañan todas las empresas humanas, en la médula de un pueblo, al que vanamente se trata de someter y esclavizar” (PRATS Y BELTRÁN, 1939, p. 43). Outro indício que concorria para invocar a tragédia espanhola na mirada do exílio era o fator qualitativo das alianças engendradas pelo franquismo. Este registro derivava de um cronista anônimo que escrevia “El discurso de Franco o una pifia internacional”. O caudillo havia construído sua vitória sobre as ruínas de um país destruído pela barbárie mercenária, apoiado “por los cañones y los aviones extranjeros”, e invocando a tradição católica “del nuevo (?) Estado español” (*Nuestra España*, 1939, p. 17). Porém, o que não se aceitava, e menos quando se pretendia passar por um homem de Estado, era colocar-se “al nivel de las beatas de Zaragoza y de los pillos que se manifiestan a lo largo de la calle de Alfonso y a las puertas del venerado templo con el breviario en la mano” (*Nuestra España*, 1939, p. 19). É muito provável que aqui o cronista anônimo aludisse aos acontecimentos de 12 de outubro de 1939 em Zaragoza, quando Franco, durante o célebre e mítico dia da hispanidade, consagrou Espanha à virgem de Pilar, a partir dos costumeiros rituais simbolicamente potencializados que urdiam a conexão entre o franquismo, o falangismo e o catolicismo.<sup>20</sup> A fórmula ideológica concebida pelo franquismo para coesionar alianças foi destacada na clássica abordagem de Botti (1993), e designada por este autor como nacional-catolicismo. O nacional-catolicismo é explicado como ideologia que sugere a supremacia do fato religioso na formação da identidade nacional e do papel da Igreja católica em relação ao conceito de nação. A aproximação da Igreja ao tema das nações, segundo Botti, produz-se a partir da segunda metade do século XIX, quando surge uma espécie de “teologia das nações” como resposta ao princípio de nacionalidade liberal-constitucional e ao internacionalismo socialista. Nessa perspectiva, cada nação tem um determinado e concreto papel, uma missão, no projeto da Providência. Principalmente o nacional-catolicismo, ao conseguir romper a dualidade falangismo-catolicismo e suas recíprocas hostilidades, assume, segundo o olhar de Botti, um “valor normativo” pelo qual as leis têm que amoldar-se à confissão religiosa da maioria dos cidadãos: “têm que inspirar-se nos princípios e valores defendidos pela Igreja. É ela quem reivindica um direito de controle sobre as normas que regulam a convivência social” (BOTTI, 1993, p. 149).

No entanto, resalto que à interpretação bem engendrada por Botti ainda deve-se considerar e acrescentar, dentro do campo ideológico que configura o franquismo, o papel político assumido pela FET – Falange Española Tradicionalista. Este movimento fascista fundado por José Antonio Primo de Rivera em 1933, aliou-se ao franquismo na guerra civil, e quando da iminente vitória dos nacionalistas, foi coligado às JONS – Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalistas. O respaldo ideológico, jurídico e político da FET de las JONS ao franquismo, somente decresceu ao final da década de 1950. Foi considerada ilegal em 1977.<sup>21</sup>

Por sua vez, desde os dois pontos de vista apresentandos anteriormente em *Nuestra*

---

<sup>20</sup> A Revista Letras de Madrid publicou em sua edição de 1 de abril de 1940 um número especial intitulado “El Caudillo, la Hispanidad, el Pilar”. Na “Mensaje de S. E. El Caudillo”, partes do discurso do ditador abrigam a referência ineludível: “Otra vez, como en los grandes días de unidad cristiana, que creó la conciencia y la potencia civilizadoras de Europa, los peregrinos vendrán al Pilar Santo, desde todos los rincones del orbe católico, a rendir homenaje a la que fué primera y divina mediadora de nuestra comunión con las gentes cristianas y se elevó sobre la variedad de los pueblos que componen la unidad de la Raza esparcida en dos hemisferios, como Excelsa Patrona de las Españas” (LETRAS, Madrid, 1940, p. 8).

<sup>21</sup> Sobre a história da FET, ver: Payne (1985).

*España*, parece estar marcado o dispositivo que impulsiona a narrativa inaugural do antifranquismo: a mescla entre as denúncias das atrocidades que são testemunhadas mesmo antes do fim da guerra civil, o conluio entre o franquismo e os segmentos institucionais que lhe davam alicerce, além, claro está, da legitimidade pleiteada pela “expansão espiritual” de uma Espanha republicana existente fora das fronteiras, e de onde esta mesma Espanha permanecia

viva y palpitante, en las angustias de los desterrados, en la razón de su vida y de sus destinos, en los esfuerzos comunes para sumar, en los múltiples órdenes de la eficacia activa, de cara a los acontecimientos de Europa. [...] Unos meses de “victoria franquista”, han bastado para convencer al mundo, y a los propios franquistas, de que en España sobre ríos de sangre e instrumentos de tiranía medioeval, es imposible fundamentar ninguna esperanza constructiva (PRATS Y BELTRÁN, 1939, p. 44).

Ao clima triunfalista difundido desde o início do regime franquista, inundado por vasto repertório de imagens e símbolos, e cujo uso era regulamentado pelos serviços oficiais de propaganda,<sup>22</sup> contrastava, na revista antifranquista do exílio cubano, o frequente argumento da “falência espiritual” de Espanha. Sendo a denúncia da ditadura um aspecto fundamental das atividades do antifranquismo no estrangeiro (MATEOS, 2011, p. 14), uma série de textos bastante emblemática dessa constatação recebeu em *Nuestra España* o seguinte título: “La tragedia espiritual de España”.

Os episódios narrados nesta série foram publicados em quatro artigos, entre os meses de fevereiro e maio de 1940, pelo andaluz José Marcial Dorado (1872-1941), diretor da Acción Republicana Española sediada em Havana, pastor evangélico e simpatizante da maçonaria. Ou seja, Dorado personificava três grandes inimigos da ditadura franquista: o republicanismo, o protestantismo e a maçonaria. E, ao mesmo tempo, parecia expressar na sua reflexão um contraponto radical que era majoritariamente comum no pensamento e ação dos exilados espanhóis em face do monolitismo dos setores passadistas. Dorado insistiria em argumentar que a longa trajetória de perplexidades na história de Espanha não seria mais que “luchas del espíritu”, travadas, de um lado, pelas reivindicações atávicas *do que foi*, e as exigências transformadoras *do que será*. A esta dualidade, Dorado designou simplesmente por direita e esquerda, sendo a primeira representada pelas figuras sociológicas da permanência, ou por uma estrutura anacrônica que seguia oposta a toda renovação. Historicamente desfrutando privilégios de exceção, esta corrente conjugava três setores específicos: a igreja católica, o militarismo e a aristocracia fundiária, expressões sociológicas que jamais teriam se empenhado em sair do duvidoso, do confuso, do irresoluto e do incerto enquanto marcadores da história espanhola (DORADO, 1940, pp. 91-95). Os quatro atos do que Marcial Dorado pretendia expor sintetizavam uma história cronológica que desembocava na ruptura republicana, e a partir

---

<sup>22</sup> Acompanhamento, especificamente, os apontamentos de Zira Box sobre a construção de uma “nova” linguagem com a qual o regime buscava sua legitimação. Sobretudo, porque “en la configuración de esta red simbólica con la que dar forma tangible a la España insurrecta, se ejerció un férreo control desde los cauces institucionales del Estado, destinado a que, en la constante imagen de la patria franquista y de su Caudillo con la que habrían de vivir los españoles de la guerra y la posguerra, nada fuese dejado a la improvisación. Nuevamente, la legislación e imposición de una parte importante de la acción estatal concerniente al uso de símbolos se dirimió en las dependencias serranistas del Ministerio de la Gobernación, especialmente a través del Departamento de Ceremonial y Plástica, perteneciente, a su vez, a la sección de Propaganda regentada, desde principios de 1938, por Dionisio Ridruejo” (BOX, 2010, p. 318).

dela, demonstrar que o obscurantismo das forças tradicionalistas tinha se mantido latente de 1931 a 1936. Contudo, com o advento da República, tais figuras representativas desses poderes tradicionais não resistiram e,

para que el lector forme idea, si no en detalle en conjunto de toda la acción restauradora y constructiva de la República, juzgo no está de más, consignar en este relato, una brevíssima síntesis de la importante labor democrática realizada, para satisfacer razonablemente las tres fundamentales necesidades de la vida nacional española: religión, cultura y economía (DORADO, 1940, pp. 73-74).

Evidentemente, o horizonte de observação de Dorado era sua condição de pastor protestante, pela qual concebia a liberdade de consciência como eixo motriz de todas as transformações religiosas, políticas e econômicas. Compreendia que a República, quando promoveu a separação entre Estado e Igreja, foi recebida com simpatia e entusiasmo pelos evangélicos espanhóis, passando a ser defendida com um interesse mais legítimo. Destarte, o tradicionalismo histórico, com seu sentido autoritário e escolástico, hermético e intransigente, produziu, na visão de Dorado, um discurso retórico fundamentado apenas na recusa às reformas que nas ordens religiosa e cultural, a República havia adotado.<sup>23</sup> Como passaram a ser desacreditados “los hombres de la República”? Pelo falseamento dos fatos e pela calúnia sobre suas vidas: “Sólo en el extranjero (porque en España saben a qué atenerse) hubieran de presentar a nuestro nuevo régimen, afectado, lacrado y macerado por ese *pecado de exportación* que se llama *comunismo*” (DORADO, 1940, p. 66, grifos no original). De fato, antes da rebelião dos militares, no poder executivo de Espanha nenhum representante comunista havia atuado. Durante a guerra, circunstancialmente e em curtos períodos, houve ministros comunistas junto aos republicanos e a ministros católicos bascos, mas, principalmente entre os anos de 1934 e 1936, políticos monárquicos, militares e setores fascistizados precipitaram uma rebelião tendente a abolir, em última instância, e como ocorreu, o sistema de representação mais amplo e popular, a liberdade de cultos e as leis de redistribuição de terras. Todavia, é importante frisar que o conjunto de tensões que levaram à guerra civil é bastante complexo e improvável de ser discutido no espaço desse artigo. Posso incluir, além dos conflitos verificados no plano da disputa ideológica, como bem ressaltou a fonte apropriada de *Nuestra España*, contextos mais amplos que coincidem com a crise econômica internacional dos anos 1930 e: “a este último debe agregarse al fortalecimiento inusitado de las organizaciones sindicales anarquistas, pero

---

<sup>23</sup> Dorado ainda informava, objetivamente, estatísticas quanto às mudanças ocorridas na organização do ensino, e na redistribuição fundiária: “En el transcurso de la terrible contienda bélica, el Gobierno de la República con acuciosidad que sorprende, creó 6.091 Escuelas Primarias; 192 Colonias de Niños en régimen colectivo y 126 Colonias en régimen familiar, donde se educaban 27.000 alumnos de 5 a 12 años, además de 43 Colonias en el extranjero integradas por 14.602 pupilos en su mayoría huérfanos de la nefanda guerra. [...] En las manos de unos 60 señores, titulados nobles, por voluntad de los monarcas, se hallaban los más *extensos* y acaso *férciles* predios de la tierra española. Y los más también incultivos en fuerza de la apatía y negligencia de sus holgazanes poseedores. Bastaba poner estas tierras en laboreo para proporcionar trabajo y pan al campesino. La Reforma Agraria fué encaminada al logro de este objetivo tan justo como humanitario. Se obliga a cultivar. Si el propietario no podía o no quería, el Estado entonces repartía el predio asentando en él familias de campesinos que pagaban un pequeño canon al dueño del terreno. Si también a esta solución se negaba el terrateniente, la expropiación mediante equitativa indemnización, afirmaba el derecho al laboreo. El júbilo entre la clase trabajadora y desheredada fué inmenso. En las regiones de Andalucía y Extremadura, donde los latifundios eran más numerosos, se asentaron en los tres primeros años de régimen republicano 100.000 familias” (DORADO, 1940, pp. 80-81).

sobre todo socialistas, así como la promulgación de una legislación laboral que favorecía intensamente al conjunto de los asalariados del campo y la ciudad” (ROMERO, 2008, p. 133).<sup>24</sup>

Com Franco no poder, nutria-se a firme convicção de que Espanha, espiritual e materialmente, vivia um período de regressão até ao mais abominável do passado. Nem glória militar, nem talento político. Somente a crueldade dura e fria: “Y el hombre de paja surge, vestido de guerrero y disfrazado de estadista, en el trágico escenario de la guerra civil española” (*Nuestra España*, 1939, p. 58). Era esta a “tragédia espiritual”: o retorno aos mitos trágicos de Espanha consubstanciados na tríade proposta por José Marcial Dorado. É sensato destacar que a palavra “tragédia” comparece com noventa e duas ocorrências nas treze edições de *Nuestra España*,<sup>25</sup> invalidando o enigma entre o código numérico e o código linguístico, representados seja pelo número de vítimas do franquismo; seja pela produção de um sentimento difuso encampado pelo testemunho do exílio: tal como ele se inscreve em uma dimensão universal relativamente autônoma em seu cotejamento com tradições nacionais (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 52).

Em conclusão, como destacou Ginzburg (2010, p.143), para que uma estratégia destrutiva da memória funcione com eficácia, o esquecimento deliberado dessa categoria social, cultural e subjetiva é um elemento decisivo e estruturante, mesmo a despeito de a memória histórica sobre a guerra civil espanhola já estar consagrada em torno a um lugar comum, que é o fato de compreendermos como “tudo aconteceu realmente” (QUERALT, 2012, p. 52). Por ironia, se não há sentido em reescrever uma história que presumivelmente é conhecida em toda sua plenitude de possibilidades, Queralt sublinha que esta memória histórica, seja no campo da literatura, ou da objetividade perseguida pelo conhecimento histórico, ao ser retomada a partir dos dados fragmentários mais verossímeis que possuímos, trata de devolver a quem teve impunemente usurpado o direito de fala, sua humanidade e dignidade: “lo que hace que una persona sea una persona: su dignidad” (QUERALT, idem). Desse modo, vislumbro os exilados que transitaram por *Nuestra España*, como uma rede de pessoas que conseguiu testemunhar por aqueles que foram silenciados e vilipendiados em sua dignidade.

Em suas “confesiones de una desterrada”, artigo publicado em maio de 1940 na revista *Nuestra España*, a filósofa espanhola María Zambrano, arquétipo do exilado em série,<sup>26</sup> tece uma breve meditação sobre o “silêncio”. O silêncio: neste sombrio e estranho sentimento que pareceu, dentro da metáfora filosófica, estancar e entorpecer temporalmente a história de um povo por longas décadas ao ponto de provocar um “memoricídio”, Zambrano reconhece um algo que precedeu à catástrofe: “Un aire denso, una atmósfera poblada de raras luces, un algo terrible y al par grandioso, sentíamos los españoles que se iba cerniendo sobre nuestras cabezas” (ZAMBRANO, 1940, p. 37). Este silêncio, na interpretação de Zambrano, coincidia não somente com um dado político expressivo, tal como foi o retumbante fracasso da via republicana, mas também como experiência encarnada na vida comum de toda Espanha:

---

<sup>24</sup> Para uma detalhada abordagem dos aspectos factuais que levaram à guerra civil, assim como ao processo propriamente considerado, ver: SALVADÓ (2008).

<sup>25</sup> O bom Dicionario Salamanca de la Lengua Española (2006, p. 1576) apresenta como um dos significados possíveis para o vocábulo tragédia: um “Hecho desgraciado de la vida real”.

<sup>26</sup> María Zambrano (1904-1991) viveu no exílio de 1939 até a morte de Franco. De acordo com Cuadriello (2009, pp. 526-527), passou por França, México, Porto Rico, Cuba, país no qual vivenciou muitas temporadas de intenso labor intelectual, sobretudo, em lugares como o Instituto de Altos Estudios de la Dirección de Cultura del Ministerio de Educación, na Escuela de Verano da Universidad La Habana, na Sociedad de Estudios Superiores de Oriente em Santiago de Cuba, estando igualmente envolvida na fundação do Pen Club de Cuba. Partiu definitivamente de Cuba em 1953.



Cuando acontecimientos de esta índole atraviesan la vida de todo un pueblo, nada ni nadie que medianamente sea, que tenga la nobleza de existir, como sólo se puede existir, arraigadamente, nada puede quedar exento. Y aquello que no quedara exento quedaría desubstancializado, desposeído de realidad, convertido en fantasmas de sueño. No, una tragedia tan verdadera como la nuestra lleva dentro de sí todos los elementos esenciales del destino, de la trama esencial de la vida de un pueblo y sólo lo miserablemente anecdótico puede quedar inmune (ZAMBRANO, 1940, p. 40).

A tentativa de romper ou substituir o silêncio na palavra do desterrado teve correspondência com os esforços em restituir a ele, exilado, a posse da linguagem que contava sobre uma história social, cultural e geograficamente situada, embora isto somente fosse possível quando tomadas duas condições a serem relativamente consideradas: refiro-me às condições imaginativas e subjetivas constituintes do substrato afetivo de cada indivíduo que se encontrava no exílio, e pela obra de uma ação intelectual mais efetiva e engajada nas redes de solidariedade intelectual do exílio, tal como procurei demonstrar quanto à trajetória efêmera, mas intensa da revista *Nuestra España*. Pode-se concluir que, diante de uma Espanha fascista e de um mundo tendencialmente cada vez mais violento e em guerra, a linguagem denunciatória do exilado, ponto nodal de construção de um imaginário antifranquista, foi uma estratégia capaz de deslegitimar em parte a subordinação a uma ditadura, e integrar em rede, uma agenda de práticas de denúncias do franquismo, associadas a discursos humanitários que cobriram boa parte da América Latina ou de outros lugares onde fosse que os exilados espanhóis vivessem ou estivessem acolhidos.

## Referências

ALTED, A. *La voz de los vencidos*. El exilio republicano de 1939. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2005.

ÁLVAREZ TARDÍO, M. *Anticlericalismo y libertad de conciencia*. Política y religión en la Segunda República Española. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ÁLVAREZ TARDÍO, M. Historia y revolución en la cultura política de la izquierda republicana. El caso de Álvaro de Albornoz y los radical-socialistas. *Historia y Política*, núm. 19, Madrid, enero-junio (2008), pp. 175-200.

AZNAR SOLER, M. La historia de las literaturas del exilio republicano español de 1939: problemas teóricos y metodológicos. *Migraciones y Exilios*, n. 3, pp. 9-22, 2002

BEIGEL, F. Las revistas culturales como documentos de la historia latinoamericana. *Utopía y Praxis Latinoamericana – Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*, Maracaibo, Universidad del Zulia, Año 8, n° 20, pp. 105-115, Marzo 2003.

BERMEJO, B.; CHECA, S. *Libro Memorial*. Españoles deportados a los campos nazis (1940-1945). Madrid. Ministerio de Cultura, 2006.

BINNS, N.; REYES, J. C.; FERNÁNDEZ, A. C. (eds.). *Cuba y la guerra civil española*. La voz de

- los intelectuales. HGCE - Hispanoamérica y la guerra civil española, 5. Madrid: Calambur Editorial, 2015.
- BOTTI, A. *Cielo y dinero*. El nacionalcatolicismo en España 1881-1975. Madrid: Alianza Editorial, 1993.
- BOX, Z. *España, año cero*. La construcción simbólica del franquismo. Madrid: Alianza Editorial, 2010.
- CALERO, F. S. *Exterminio: el terror con Franco*. Madrid: Oberon, 2004.
- CASANOVA, J. (coord.). *Vencedores y vencidos*. Exilio y dictadura, setenta años después. Huesca: Instituto de Estudios Aragoneses, 2010.
- CUADRIELLO, J. D. *Españoles en Cuba en el siglo XX*. Sevilla: Editorial Renacimiento, 2004.
- CUADRIELLO, J. D. *El exilio republicano español en Cuba*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2009.
- DE MARCO, V. Revistas de un solo autor: disonancias del exilio español de 1939. *Olivar*, vol. 14, núm. 19, pp. 1-18, 2013.
- DEVÉS-VALDÉS, E. *Redes intelectuales en América Latina*. Hacia la constitución de una comunidad intelectual. Santiago de Chile: Instituto de Estudios Avanzados/Universidad Santiago de Chile, 2007.
- DÍAZ PEREZ, E. *La Andalucía del exilio*. Sevilla: Fundación José Manuel Lara, 2008.
- DICIONARIO SALAMANCA DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Madrid: Santillana Educación, 2006.
- DÍEZ, L. *El exilio periodístico español*. México, de 1939 al fin de la esperanza. Madrid: Quorum Editores, 2010.
- DOMÍNGUEZ PRATS, P. *Voces del exilio*. Mujeres españolas en México 1939-1950. Madrid: Dirección General de la Mujer, 1994.
- DREYFUS-ARMAND, G. *L'exil des républicains espagnols en France*. De la guerre civile à la mort de Franco. Paris: Albin Michel, 1999.
- FERNÁNDEZ, A. C. Jorge Domingo Cuadriello: la amarga lección del exilio español. Entrevista. *Revista Letras*, Granada, Número 10, pp. 159-166, Año 2013.
- GARCÍA BILBAO, P. A. *Migraciones forzosas*. Análisis de un concepto. Guadalajara: Silente Académica, 2011.
- GARZÓN, J. I. *El exilio republicano español y los judíos*. Madrid: Hebraica Ediciones, 2009.
- GINZBURG, J. Escritas da tortura. In: TELES, E.; SAFATLE, V. (coords.). *O que resta ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020, pp. 133-149.
- INSTITUTO DE HISTORIA DEL MOVIMIENTO COMUNISTA Y DE LA REVOLUCIÓN SOCIALISTA DE CUBA. *Cuba y la defensa de la República Española (1936-1936)*. La Habana: Editora Política, 1981.
- JIMÉNEZ, F. V. Cubanos en la guerra civil española. La presencia de voluntarios en las Brigadas Internacionales y el Ejército Popular de la República. *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, n. 25, pp. 295-321, 1999.

- KHARITONOVA, N. *Edificar la cultura, construir la identidad*. El exilio republicano español en la Unión Soviética. Sevilla: Editorial Renacimiento, 2014.
- LARRAZ, F. *Letricidio español. Censura y novela durante el franquismo*. Gijón: Ediciones Trea, 2014.
- LÓPEZ, A. H. La sociabilidad de los anarcosindicalistas en España y el exilio tras la pérdida de la guerra civil. *Historia del Presente*, Madrid, número 2, p. 175-193, 2003.
- LÓPEZ, A. H. Políticas de los anarcossindicalistas exiliados en México. *TZINTZUN Revista de Estudios Historicos*, n. 39, enero-junio, pp. 141-160, 2004a.
- LÓPEZ, A. H. *La CNT durante el franquismo: clandestinidad y exilio (1939-1975)*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2004b.
- MAÍZ, C. Tramas culturales. De las determinaciones sociales a la red intelectual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, pp. 19-35, jul. 2013.
- MAÍZ, C. Las re(d)vistas latinoamericanas y las tramas culturales. Redes de difusión en el romanticismo y el modernismo. In: COSTA, A. V.; MAÍZ, C. (orgs.). *Nas tramas da "cidade letrada": sociabilidade dos intelectuais latino-americanos e a redes transnacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018, pp. 131-151.
- MATEOS, A. *Historia del antifranquismo*. Historia, interpretación y uso del pasado. Barcelona: Ediciones Flor de Viento, 2011.
- MARICHAL, J. *El secreto de España*. Ensayos de historia intelectual y política. Madrid: Taurus, 1995.
- MARICHAL, J. Los intelectuales y la guerra. In: MALEFAKIS, E. (dir.). *La guerra civil española*. Madrid: Taurus, 2006, pp. 449-471.
- MAURIÑO, M. Q.; GARCÍA, N. M. T.; AZCONA, J. M. Actitudes ante la Guerra Civil Española en las sociedades receptoras. In: VIVES, P.A.; VEJA, P.; OYAMBURU, J. (coords.). *Historia general de la emigración española a Iberoamérica*. Vol. I. Madrid: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 1992, pp. 461-558.
- ORY, P.; SIRINELLI, J-F. *Los intelectuales en Francia*. Del caso Dreyfus a nuestros días. València: Universidad de València, 2007.
- PAYNE, S. G. *Falange: historia del fascismo español*. Madrid: Sarpe, 1985.
- PÉREZ VEJO, T. La recepción del exilio republicano en México: conflictos ideológicos e imaginarios colectivos. In: JORNADAS INTERESCUELAS - DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 11, 2007, Tucumán. Anales de las Jornadas Interescuelas. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2007, pp. 1-24.
- PESSARRODONA, M. *El exilio violeta*. Escritoras y artistas catalanas exiliadas en 1939. Barcelona: Editorial Meteora, 2010.
- PUCHE, M. C. S.; MEJÍA FLORES, J. F.; AYAPE, C. S. El México posrevolucionario y el exilio republicano español en la encrucijada de 1945. In: PUCHE, M. C. S.; MEJÍA FLORES, J. F.; AYAPE, C. S. (eds.). *1945, entre la euforia y la esperanza: el México posrevolucionario y el exilio republicano español*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, pp. 23-47.
- QUERALT, J. J. Imposibilidades de la Ley de Memoria Histórica: el caso Companys. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 12, pp. 51-61, fevereiro/2012.

- REVISTA NUESTRA ESPAÑA. La Habana, 13 volumes, octubre 1939 a octubre 1940.
- ROMERO, F. C. El franquismo y los imaginarios míticos del fascismo europeo de entreguerras. *Ayer*, Madrid, n. 71, pp. 117-151, 2008.
- SAID, E. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALVADÓ, F. J. R. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, M. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.
- SIMÓN, P. *La escritura de las alambradas*. Exilio y memoria en los testimonios españoles sobre los campos de concentración franceses. Vigo: Editorial Academia del Hispanismo, 2012.
- SZNAJDER, M.; RONIGER, L. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2013.
- TERÁN, O. Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980. In: TERÁN, O. (coord). *Ideas en el siglo*. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008, pp. 13-95.

Recebido em: 01/12/2020

Aceito em: 20/01/2020